

RIOLUZ 2009

Privatização???

Por que a instituição da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip) não é objeto de uma Audiência Pública? A população do Rio de Janeiro e os trabalhadores da companhia têm o direito de saber o que está por trás disso

A falta de diálogo e discussão em torno da proposta do Executivo de instituir a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip) e repassá-la à Light deixa uma série de perguntas no ar.

A primeira delas é o que será feito dos trabalhadores que até o momento têm mantido a qualidade dos serviços apesar da falta de estrutura e treinamento, da não realização de concursos, e de um gerenciamento sem qualquer compromisso com a população.

Para o Sintergia, este é o ponto fundamental.

Não se pode deixar os trabalhadores entregues à sua própria sorte e é muito estranho que o Exe-

cutivo municipal não tenha em nenhum momento procurado o diálogo com a representação sindical.

O Sindicato defende que os recursos provenientes da Taxa de Iluminação Pública sejam repassados para os cofres da RioLuz, permitindo o investimento em equipamentos e em pessoal.

Diante da falta de informações, crescem ao mesmo tempo a boataria e a insegurança, deixando o clima de trabalho tenso entre os trabalhadores, que não têm qualquer idéia sobre o seu futuro.

Buscando esclarecer o assunto e tentando o apoio de parlamentares, o Sintergia está marcando uma reunião com o Vereador Reimont no próximo dia 26.

É fundamental que todos os trabalhadores compareçam demonstrando apoio à iniciativa do Sindicato e também a representatividade da demanda junto à Câmara Municipal.

Os trabalhadores precisam entender que para vencer essa batalha será preciso muita unidade e capacidade de mobilização.

O que está em jogo é o futuro de cada um, diante de um governo que não se preocupa em discutir um projeto de tal relevância nem com a sociedade nem com a representação de seus funcionários.

Vamos fazer da reunião da próxima quarta-feira o início de uma grande mobilização em defesa de nossos direitos.

Reunião

Com o Vereador Reimont - Em pauta a privatização da RioLuz
Dia 26 de agosto, quarta-feira, às 18 horas - No Auditório do Sintergia
Avenida Marechal Floriano, 199/7º andar

A intolerância relativizada?*

Ao entrar com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a suspensão da matrícula dos alunos negros aprovados pelo sistema de cotas da Universidade de Brasília, o DEM (ex-PFL) protagonizou um momento emblemático da nossa propalada “democracia racial”. Há algo mais profundo, fortemente recalcado, em todas as discussões envolvendo políticas afirmativas em universidades públicas. Tanto o projeto de Lei Complementar, em tramitação no Senado, estabelecendo que as instituições de educação superior reservem 50% das vagas para autodeclarados negros, pardos e índios que cursaram o ensino médio em escolas públicas e venham de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita, quanto a lei estadual que instituiu o sistema no Rio de Janeiro sofrem forte resistência de atores políticos e de personalidades do mundo acadêmico. Afinal, a quem ameaça a implantação de tais medidas? Conhecida por seu ativismo contra as cotas, a antropóloga Yvonne Maggie declarou recentemente que “uma coisa é dizer que o Brasil é um país desigual, com uma distância muito grande entre ricos e pobres. Outra coisa é atribuir isso à raça”. Para ela, “a lógica étnica ou racial não tem fim e só persiste porque a Fundação Ford investiu milhões de dólares no Brasil”. Como explicar o posicionamento da autora do livro *Guerra de orixá*? Adesão a um padrão de análise que, baseada nas formulações teóricas de Gilberto Freyre, vê a história brasileira como um suceder de arranjos e combinações calcadas na “cordialidade” de uma elite flexível? Reverência a uma arquitetura tão perfeita que o conflito só aparece como “algo externo à nossa gente”? Esse tipo de discurso está tão cristalizado no pensamento social brasileiro que mesmo setores mais progressistas fazem coro a ele. Quantas vezes não ouvimos que as injustiças sociais em relação aos negros não seriam particularidades destes, mas do conjunto das classes trabalhadoras? Uma visão reducionista que ignora evidências estatísticas. Pelos números do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (Pnud), em 2002, enquanto os brancos no Brasil tinham um padrão de vida – considerando-se o nível de educação, expectativa de vida e renda – comparável aos habitantes dos Emirados Árabes (46º lugar entre os 173 países pesquisados), os

negros viviam como habitantes da República da Moldávia (105º posição). Esses números não mostram uma correlação cristalina entre etnia e inserção social? Não lembrar, ou fingir que não lembra, que em determinada fase de nossa história houve uma coincidência entre a divisão racial e social do trabalho é legitimar uma estrutura societária rigidamente estratificada que, apesar dos avanços nos últimos anos, ainda persiste em atribuir aos brancos as atividades consideradas mais qualificadas, as que gozam de maior prestígio. De acordo com o relatório anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2007-2008, da UFRJ, entre 1995 e 2006, o peso relativo da população autodeclarada parda ou preta subiu de 45 para 49,5%. Isso significa, segundo a pesquisa, que os negros podem vir a ser maioria da população do povo brasileiro nos próximos anos. Se por um lado os dados sinalizam para a derrocada crescente da ideologia do branqueamento, por outro o aumento da auto-estima entre a população não-branca se dá por uma série de fatores. E o principal, na opinião do antropólogo e professor da UnB, José Jorge de Carvalho, é “o aumento do debate sobre a questão racial no Brasil”. Se Yvonne Maggie está correta quando diz que “raça é uma invenção dos racistas para dominar mais e melhor”, talvez, se debruçando sobre as particularidades do fenômeno racista, entenda a competência dos que manejam o discurso excludente. Aqueles que, sabendo que os negros são a maioria dos analfabetos, dos que recebem menores salários, dos encarcerados, dos subempregados e se constituem minorias nas faculdades, em grandes empresas e no Congresso Nacional, entre outros lugares de projeção, rejeitam o sistema de cotas alegando que “raça não pode ser critério de distribuição de justiça”. Um olhar atento mostraria que “raça” sempre foi critério classificatório de quem pôde ter identidade e consciência histórica: uma elite branca que idealizou a tolerância que jamais teve. Qualquer estudante universitário sabe disso. Se for negro e cotista, então, conhece bem os limites das “relativizações possíveis”. Aquele pequeno espaço de dramatizações sociais para onde convergem os “orixás” da UFRJ e os senhores da direita escravocrata. Ali são forjados os estatutos “progressistas” da Casa-Grande.